



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

ANDERSON SIQUEIRA DA SILVA

**GASTOS COM O BENEFÍCIO DO SEGURO-DESEMPREGO:
Análise no período de 2002 a 2016**

Brasília, DF

2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Políticas Públicas

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador Geral do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGCont)

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do Curso de Ciências Contábeis - Noturno

ANDERSON SIQUEIRA DA SILVA

GASTOS COM O BENEFÍCIO DO SEGURO-DESEMPREGO:

Análise no período de 2002 a 2016

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Dr. José Lúcio Tozetti Fernandes

Linha de pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área: Finanças/Orçamento Públicos

Brasília, DF

2017

SILVA, Anderson Siqueira da.

Gastos com o benefício do seguro-desemprego: análise no período de 2002 a 2016/ Anderson Siqueira da Silva – Brasília, 2017. 54.

Orientador: Prof. Dr. José Lúcio Tozetti Fernandes.

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2017.

Bibliografia.

1. Gastos Públicos 2. Seguro-desemprego 3. Correlação

I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília.

À minha família,
Edgar, Ivanete e Aline.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que sou e que tenho.

Serei eternamente grato aos meus pais, Edgar e Ivanete, por todo cuidado, apoio, dedicação e por sempre acreditarem em mim.

Agradeço a minha irmã, Aline, com quem sempre pude contar e confiar.

À minha companheira de todas as horas, Luiza Lopes, por todo apoio e carinho entregue durante todos estes anos, e por fazer parte de todas as minhas conquistas.

Aos meus amigos da graduação, com quem tive a felicidade de compartilhar os últimos anos.

Ao meu orientador, professor Dr. José Lúcio Tozetti Fernandes, pela disposição e auxílio na conclusão deste trabalho.

Por fim, agradeço aos professores e funcionários da Universidade de Brasília, pela dedicação dispensada.

“Por tudo dai graças,
pois esta é a vontade de Deus
a vosso respeito, em Cristo Jesus”.

I Tessalonicenses 5, 18.

RESUMO

O benefício do seguro-desemprego, instituído em 1986, é um direito social do trabalhador garantido pela Constituição Federal, e integra o Programa do Seguro-Desemprego, cuja finalidade é prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado involuntariamente, e auxiliá-lo na busca ou preservação do emprego. Nos últimos anos, o valor do gasto com o benefício do seguro-desemprego teve um aumento expressivo, principalmente quando comparado à evolução do PIB brasileiro. A partir deste contexto, este trabalho busca analisar o comportamento dos fatores econômicos e sociais que são possíveis explicações para o aumento do gasto com o benefício do seguro-desemprego. Assim, os dados foram coletados para a elaboração de variáveis que pudessem ser utilizadas na análise dos resultados. Nesse sentido, buscou-se analisar o comportamento das variáveis a partir de gráficos e verificar a existência de correlação entre as variáveis utilizando o coeficiente de correlação de Pearson, considerando uma amostra entre 2002 e 2016. A análise dos resultados demonstra que as variáveis apresentaram resultados positivos até 2014 e que as variáveis de formalidade, salário mínimo e rendimento médio apresentaram correlação positiva muito forte com o valor do benefício do seguro-desemprego e a quantidade de segurados.

Palavras-chave: gastos públicos; seguro-desemprego; correlação.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação do gasto com o pagamento do benefício do seguro-desemprego em relação ao PIB.....	17
Tabela 2: Evolução dos gastos governamentais em relação ao PIB.....	23
Tabela 3: Estatísticas descritivas	35
Tabela 4: Correlação de Pearson (r) entre variáveis.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Valor emitido do seguro-desemprego	37
Gráfico 2: Quantidade de segurados (em milhões).....	37
Gráfico 3: Quantidade média de parcelas recebidas por segurado.....	38
Gráfico 4: Variação relativa anual do PIB real	39
Gráfico 5: Índice de formalidade – variáveis IFPNAD e IFPME.	39
Gráfico 6: Número de empregos formais.	40
Gráfico 7: Variação relativa do número de empregos formais.....	41
Gráfico 8: Comportamento das variáveis TD_UN e TD_PME.	42
Gráfico 9: Taxa de rotatividade descontada	43
Gráfico 10: Desligamentos totais, dispensa sem justa causa e DSJC.....	44
Gráfico 11: Evolução do salário mínimo real.	44
Gráfico 12: Variação relativa do salário mínimo real.	45
Gráfico 13: Valor do rendimento médio.	46
Gráfico 14: Variação relativa do rendimento médio real.	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis - descrição e fonte de dados.....	28
Quadro 2: Classificação do coeficiente de Pearson	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Coeficiente de Pearson.....	33
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNT	Sistema de Contas Nacionais Trimestrais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTb	Ministério do Trabalho
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PASEP	Programa do Patrimônio do Servidor Público
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNCBA	Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SPPE	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
STN	Secretaria do Tesouro Nacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização	16
1.2 Problema de Pesquisa	17
1.3 Objetivos da pesquisa	18
1.4 Justificativa da pesquisa	18
1.5 Estrutura da pesquisa	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 Políticas públicas	20
2.2 Gastos governamentais	22
2.3 Seguro-Desemprego	24
3. METODOLOGIA	27
3.1 Descrição da pesquisa	27
3.2 Dados e Variáveis	27
3.2.1 Valor Emitido do Benefício	28
3.2.2 Quantidade de segurados	29
3.2.3 Quantidade Média de Parcelas Recebidas	29
3.2.4 Variação do PIB Real	29
3.2.5 Variáveis de Formalidade	30
3.2.6 Taxa de Desemprego	30
3.2.7 Rotatividade e Desligamentos	31
3.2.8 Salário Mínimo	32
3.2.9 Variáveis de Rendimento	32
3.3 Procedimentos para análise de resultados	32
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
4.1 Estatísticas Descritivas	35
4.2 Análise gráfica	36
4.2.1 Valor emitido do benefício	36
4.2.2 Quantidade de Segurados	37
4.2.3 Quantidade Média de Parcelas Recebidas	37
4.2.4 Variação do PIB real	38
4.2.5 Variáveis de Formalidade	39
4.2.6 Taxa de Desemprego	41

4.2.7	<i>Rotatividade e desligamentos</i>	42
4.2.8	<i>Salário Mínimo</i>	44
4.2.9	<i>Variáveis de Rendimento</i>	45
4.3	Coeficiente de Pearson	46
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

As crises financeiras ocorridas no mundo, principalmente no último século, contribuíram com o entendimento de que o livre mercado, em certos momentos, não pode manter o controle dos níveis de preço e de qualidade social sem a intervenção do Estado (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980). Assim, por meio de políticas públicas, os governos democráticos traduzem seus planos e programas em ações (SOUZA, 2006) e utilizam os gastos públicos como a principal forma de atuação governamental (RIANI, 2016).

Em um sistema de mercado, mesmo que com uma economia com um setor financeiro altamente desenvolvido, não há garantia de um elevado nível de emprego, estabilidade dos preços e obtenção natural da taxa de crescimento econômico almejada pela sociedade. Assim, a ação do setor público é necessária para assegurar estes objetivos (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

Quanto à ação do setor público para os problemas relacionados ao desemprego no país, Matias-Pereira (2009a) aponta que a crescente integração da economia brasileira à economia mundial indica que a adoção de políticas públicas de forma pontual pouco pode contribuir para a geração de empregos. Exige-se, no entanto, políticas públicas que sejam consistentes para enfrentar o problema do desemprego nos países de economias mais sofisticadas, como o Brasil.

Acompanhando o comportamento de diversos países no mundo, os gastos públicos no Brasil têm crescido nas últimas décadas. Hoje, a relação entre o gasto público brasileiro e o Produto Interno Bruto - PIB supera países europeus e a maioria dos países da América Latina (RIANI, 2016). Em relação ao programa do seguro-desemprego, também houve esse aumento expressivo do valor do gasto com o pagamento do benefício aos segurados, principalmente nos últimos anos (STN, 2016).

O seguro-desemprego é um programa integrante da seguridade social, constante do rol de direitos sociais da Constituição Federal de 1988, cuja finalidade é prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente, além de auxiliá-lo na manutenção e busca de um novo emprego (FAT, 2016a). Assim, o programa não consiste somente em um auxílio financeiro temporário, mas também compreende ações que promovam o retorno do trabalhador ao mercado de trabalho. Desde sua instituição em 1986, o gasto com

o benefício do seguro-desemprego tem aumentado sua participação em relação a outros gastos governamentais e ao PIB do país (STN, 2016).

Em 2002, o gasto com pagamento do benefício do seguro-desemprego na modalidade formal correspondia a 0,38% do PIB daquele ano. Já em 2016, o valor gasto do benefício alcançou 0,56% do PIB. Em 2015, houve a maior participação deste gasto em relação ao PIB, chegando a 0,59%. A tabela 1 apresenta a evolução anual da participação do gasto com o pagamento do benefício do seguro-desemprego em relação ao PIB.

Tabela 1: Participação do gasto com o pagamento do benefício do seguro-desemprego em relação ao PIB.

Ano	Participação do pagamento do benefício SD em relação ao PIB (%)
2002	0,38%
2003	0,39%
2004	0,36%
2005	0,40%
2006	0,43%
2007	0,46%
2008	0,45%
2009	0,56%
2010	0,51%
2011	0,52%
2012	0,53%
2013	0,58%
2014	0,57%
2015	0,59%
2016	0,56%

Fonte: Elaboração própria a partir de CNT (2017) e FAT (2016a).

1.2 Problema de Pesquisa

Entre 2002 e 2016, o valor total emitido para o pagamento do benefício do seguro-desemprego cresceu, em termos reais, 166%. Neste intervalo de tempo, alcançou, em 2014, o maior valor registrado desde a implantação do programa do seguro-desemprego, R\$ 39,1 bilhões.

Estudos de Menezes Filho et al. (2014), Pires e Lima Júnior (2014), e STN (2016), levantam possíveis explicações para o crescimento do gasto com o benefício do seguro-desemprego, e apresentam duas determinantes principais: quantidade de segurados e valor médio do benefício. Estas determinantes são compostas por fatores econômicos e sociais do mercado de trabalho, como economia, formalidade, rotatividade, desemprego, salário mínimo

e rendimento do empregado. Nesse sentido, este trabalho busca responder o seguinte questionamento: **existe correlação entre o comportamento destes fatores e o valor gasto com o benefício do seguro-desemprego?**

1.3 Objetivos da pesquisa

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento dos fatores econômicos e sociais levantados pelos estudos de Menezes Filho et al. (2014), Pires e Lima Júnior (2014), e STN (2016), e outros indicadores escolhidos pelo autor, que são possíveis explicações para o aumento do gasto com o benefício do seguro-desemprego.

O objetivo específico é verificar se existe correlação entre o valor do benefício do seguro-desemprego e a quantidade de segurados, e as variáveis selecionadas relacionadas aos fatores: economia, formalidade, rotatividade, desemprego, salário mínimo e rendimento do empregado.

1.4 Justificativa da pesquisa

Em um cenário em que se discute a efetividade e qualidade do gasto (LOPES, 2007), entender o comportamento de um gasto tão expressivo como o do seguro-desemprego é de bastante relevância para a sociedade. O gasto com o benefício do seguro-desemprego tem crescido todos os anos, mesmo que indicadores econômico-sociais apresentem uma melhora no período (STN, 2016). Assim, faz-se necessário entender os fatores que se relacionam com o aumento do gasto.

1.5 Estrutura da pesquisa

Esta pesquisa está estruturada em cinco seções: a primeira é a introdução, onde são apresentadas a contextualização do tema, o problema de pesquisa, a justificativa da pesquisa e sua estrutura.

A segunda seção é o referencial teórico que foi base para o entendimento do assunto e desenvolvimento da pesquisa.

Em seguida, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

Na quarta seção é realizada a apresentação e análise dos resultados.

Por fim, a última parte deste trabalho traz considerações finais sobre o estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas

Política pública pode ser explicada como campo do conhecimento que busca permitir e analisar as ações do governo e, quando for necessário, propor mudanças no rumo destas ações. Trata-se de um estágio em que os governos traduzem seus propósitos e planos em programas e ações que produzirão resultados em uma sociedade. As políticas públicas repercutem na economia e na sociedade e se relacionam, ainda, com inter-relações entre estado, política, economia e sociedade. Por isso atrai olhares de pesquisadores de diversas áreas como economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas, que possuem interesse comum na área e que contribui para avanços teóricos e empíricos (SOUZA, 2006).

Para Hofling (2001, p.31) as políticas públicas não são resultado da vontade unilateral do Estado:

As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Frey (2000) aponta a importância de considerar o caráter dinâmico e a complexidade temporal nos processos que compõe uma política. Assim, indica que dividir a ação pública em fases é interessante para a análise de vida de uma política pública. O autor propõe a divisão nas seguintes fases: percepção e definição de problemas, agenda-*setting* (formação de agenda), elaboração de programa e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas.

Segundo Frey (2000), a fase de percepção e definição de problemas identifica a situação e a relevância como objeto de política pública, sendo que a definição será importante para a proposição de soluções. Na agenda-*setting* ou formação de agenda é decidida se o tema deve ser incluído na pauta política, além de exigir uma avaliação sobre os custos e os benefícios almejados com a solução do problema. Na fase de elaboração de programas e de decisão é escolhida a melhor alternativa para a ação. Já a implementação de políticas corresponde à execução de atividades que permitem que as ações possam alcançar as metas definidas no processo de formulação. Por fim, a avaliação de políticas aprecia os programas já

implementados, referente a seus impactos e efeitos, inclusive os déficits de impacto ou efeitos colaterais indesejados (SILVA; MELO 2000).

A avaliação é um instrumento importante para melhorar a eficiência do gasto público e do controle social sobre as ações do Estado. Além disso, aprimora o processo de tomada de decisão e promove a responsabilização por decisões e ações dos governantes perante gestores, instituições reguladoras e os cidadãos. A avaliação, assim, permite que os gestores de políticas públicas possam produzir políticas consistentes, com melhores resultados e melhor alocação de recursos (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

O processo de avaliação de políticas públicas sofreu mudanças ao longo do tempo. A partir da década de 1960, a ênfase política sobre a avaliação concentrava-se no fornecimento de informação para os responsáveis por programas públicos. Na década de 1980, a avaliação buscava a eficiência na alocação de recursos com base em critérios racionais. Já na década de 1990, a mudança no entendimento de avaliação de políticas públicas é marcada por questionamentos sobre o papel do Estado. Nesse sentido, a avaliação passou a assumir a função de legitimação e, ainda, exigir resultados (TREVISAN; BELLEN, 2008).

A utilização de indicadores sociais tem contribuído com o processo de formulação e avaliação de políticas públicas. A disponibilização de informações de qualidade e estruturadas contribui para fornecer mecanismos à sociedade para compreender e ter maior poder de fiscalização sobre o rumo das políticas públicas no país. Aplicado às políticas públicas, os indicadores são medidas usadas para apontar, indicar ou aproximar as dimensões sociais de interesse a partir de escolhas teóricas ou políticas (JANUZZI, 2005). Os indicadores indicam os movimentos das variáveis relevantes para os processos. Eles podem ser obtidos pelo processamento de informações relacionadas aos processos que compõe o problema e às ações que visam resolvê-lo (GARCIA, 2001).

As avaliações de políticas públicas proporcionam informação que seja útil para a tomada de decisão e podem ser um problema para os governantes, pois podem causar constrangimentos públicos. As informações e resultados das avaliações podem ser usados como forma de legitimar as próprias ações, em caso de sucesso, ou podem ser usados pela sociedade e imprensa para criticar as decisões tomadas pelo governo (TREVISAN; BELLEN, 2008).

No contexto de desenvolvimento das políticas públicas no país, o Brasil participa de um acordo Marco de Cooperação com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que é uma organização intergovernamental dedicada à pesquisa e estudos para aperfeiçoamento das políticas públicas em diversas áreas. A agenda comum entre

o Brasil e OCDE tem como prioridades e desafios relacionados a políticas públicas a promoção da integração dinâmica no comércio mundial, crescimento inclusivo e sustentável, a criação de empregos e a qualificação de mão de obras, além de aperfeiçoar programas sociais e educacionais (ITAMARATY, 2017).

2.2 Gastos governamentais

Segundo Rezende (2016), o Estado, que antes cumpria com suas funções apenas com a prestação de alguns serviços essenciais à coletividade, como a justiça e segurança, teve o seu papel modificado ao longo do último século. A grande depressão econômica de 1930 serviu como base para estudos que vieram a justificar a necessidade de maior participação do governo na economia, principalmente para combater a inflação e o desemprego. As duas grandes guerras do século XX estabeleceram de forma definitiva a necessidade de intervenção do governo, visando promover a distribuição de renda de forma mais justa e uma ampliação das atividades previdenciárias e de assistência social para o atendimento das classes menos favorecidas.

Tendo em vista que o mercado não consegue desempenhar todas as funções econômicas, a atuação dos governos demonstra-se necessária para guiar, corrigir e suplementar estas funções. Isto sugere o entendimento de que o tamanho apropriado do setor público é, em grande parte, uma questão técnica ao invés de uma questão ideológica (MUSGRAVE; MUSGRAVE, 1980).

Quanto à necessidade de intervenção econômica do Estado na economia, os gastos públicos constituem-se na principal peça de atuação do governo. É por meio deles que são estabelecidas as prioridades na prestação de serviços públicos e nos investimentos que serão realizados. Entende-se, assim, que se trata de uma escolha política quando analisado os diversos serviços prestados à sociedade e representam o custo da quantidade e qualidade dos serviços e bens oferecidos pelo governo (RIANI, 2016).

A complexidade dos sistemas econômicos tem promovido um aumento da atuação do governo, o que reflete no aumento da participação dos gastos do setor público ao longo do tempo (GAMBIAGI; ALÉM, 1999). O crescente aumento das despesas públicas nos países é uma característica marcante do comportamento da economia no século XX. Esta situação é encontrada tanto nos países em que o Estado interage e intervém fortemente na economia, sendo o principal agente econômico, quanto nos países defensores da livre iniciativa e do liberalismo econômico (GIACOMONI, 2012).

No Brasil, o comportamento dos gastos governamentais tem acompanhado a tendência mundial, uma vez que o volume dos gastos tem aumentado significativamente nos últimos 40 anos. Hoje, esses gastos correspondem a uma parcela do PIB superior a de certos países europeus, além de serem superiores à maioria dos países da América Latina. Uma das formas de mensurar a evolução do volume de recursos gastos pelo governo é a comparação do valor das despesas públicas com o Produto Interno Bruto - PIB dos países (RIANI, 2016). A tabela 2 indica a participação das despesas públicas do governo brasileiro em relação ao PIB do Brasil ao longo dos anos.

Tabela 2: Evolução dos gastos governamentais em relação ao PIB.

Anos	%	Anos	%
1950	19,9	1983	25,6
1953	21,5	1986	30,7
1956	21,1	1989	46,1
1959	22,4	1992	38,6
1962	24,1	1995	37,1
1965	24,8	1998	48,8
1968	24,8	2001	37,3
1971	21,6	2004	34,7
1974	21,3	2007	37,3
1977	21,8	2010	36
1980	22,6	2013	38,9

Fonte: Adaptado de RIANI (2016, p.79).

Em 1950, as despesas públicas correspondiam a 19,9% do PIB, em face dos 38,9% em 2013. Riani (2016) aponta sobre a dificuldade de entender os motivos que levaram aos aumentos dos gastos públicos nas últimas décadas, principalmente devido o processo político que os determina e a existência de limitações no campo teórico para contribuir com este tipo de análise.

Dado o volume e a necessidade da qualidade do gasto público, a sociedade se depara com a negligência na aplicação dos recursos públicos ou ineficiência dos gestores em executar projetos. Apesar da justificativa das falhas de mercado para promover a intervenção econômica do Estado, os problemas na atuação dos governos constituem-se em falhas de governo. Nesse sentido, para os defensores do estado mínimo, isto também seria um indicativo da necessidade da redução do tamanho do Estado (SILVA, 2007).

Cândido Júnior (2001) trata os gastos produtivos como aqueles em que os benefícios marginais sociais dos bens públicos sejam iguais aos custos marginais para obtê-los. Assim,

são produtivos os gastos que atendam aos objetivos que foram aplicados, com o menor custo. Ainda, aponta que algumas das razões dos gastos improdutivos são a falta de preparo do pessoal, incertezas, deficiências no processo orçamentário e corrupção.

Mensurar a produtividade dos gastos é uma tarefa difícil. Faz-se necessário avaliar os custos de oportunidade e todos os benefícios dos programas. Para um bom controle da produtividade, é preciso identificar os objetivos primários de cada programa de gasto, excluindo-se esforços e recursos para os objetivos secundários pois, apesar de serem importantes, os recursos e esforços precisam ser direcionados para os objetivos primários, evitando a dispersão e desperdício. Esta política de avaliação da produtividade poderá identificar possíveis falhas, políticas com efeitos contrários e outras distorções decorrentes da atuação do governo (CÂNDIDO JÚNIOR; 2001).

Considerando a importância dos gastos governamentais no Brasil, em volume e em relevância para a sociedade, é pertinente discutir o comportamento dos gastos, verificar os fatores que levaram ao seu crescimento nos últimos anos e avaliar a efetividade daquilo que se propõe a corrigir com a alocação dos recursos.

2.3 Seguro-Desemprego

No Brasil, o processo de consolidação do programa do seguro-desemprego ocorreu de forma tardia, quando comparado com algumas experiências de outros países. Embora estivesse previsto na Constituição Federal de 1946, sua implantação e consolidação ocorreu a partir de meados de 1980, após uma tentativa frustrada em 1965, com a Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965 (IPEA, 2006). O seguro-desemprego foi instituído no Brasil pelo Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e inicialmente regulamentado pelo Decreto nº 92.608, de 30 de abril de 1986. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o benefício do seguro-desemprego passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego (BRASIL, 1988).

O seguro-desemprego está previsto pela Constituição Federal de 1988 no artigo 7º, inciso II, em que o seguro-desemprego é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais em caso de desemprego involuntário. O artigo 239 da Constituição Federal de 1988 determina que os recursos provenientes da arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e Programa do Patrimônio do Servidor Público - PASEP passem a financiar o custeio do Programa do Seguro-Desemprego e Abono Salarial. Ainda, pelo menos quarenta por cento destes recursos oriundos da arrecadação do PIS e PASEP serão destinados a

financiar programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (BRASIL, 1988).

A regulamentação do seguro-desemprego veio por meio da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e alterações posteriores. Esta lei, também instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, que é um fundo especial de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho – MTb, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, Abono Salarial e ao financiamento de desenvolvimento econômico (FAT, 2016b).

Segundo Cacciamali (1998 apud DIEESE, 2014b, p.19) a criação do seguro-desemprego representou uma ruptura com a tradição de inexistência de políticas públicas no mercado de trabalho, entendidas como estratégias coordenadas e geridas a partir do setor público, e que envolvem a proteção do desempregado e a reinserção no mundo do trabalho.

O seguro-desemprego é um instrumento de proteção social que tem como função proteger o trabalhador das variações que ocorrem no mercado de trabalho. Aplica-se ao trabalhador que foi dispensado sem justa causa, ou seja, trata-se de uma situação de desemprego involuntário. A finalidade do programa é prover assistência financeira ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa (BRASIL, 2002) e auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional (BRASIL, 2001).

O Programa do Seguro Desemprego é responsável por promover políticas de emprego que compreendem (FAT, 2016a):

- a) Benefício do seguro-desemprego: responsável pela assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado dispensado sem justa causa;
- b) Intermediação de mão de obra: objetiva retornar ao trabalhador ao mercado de trabalho, de forma ágil e não onerosa;
- c) Qualificação social e profissional: visa a qualificação profissional dos trabalhadores com objetivo de reintroduzi-los ao mercado de trabalho.

Segundo Amorim e Gonzalez (2009), o Programa do Seguro-Desemprego, enquanto instrumento de amparo ao trabalhador desempregado, demonstra-se importante ao agir predominantemente sobre um tipo de desemprego: do emprego ao desemprego. Ou seja, não se trata do desemprego decorrente da entrada de pessoas inativas no mercado de trabalho, mas sim pessoas que estavam no mercado de trabalho formal e que involuntariamente foram dispensadas. O programa serve como uma compensação de renda para os trabalhadores sem emprego que ajuda a sustentar a massa salarial, o que é importante para períodos de recessão. Também, existe a tendência de ser recebido por trabalhadores demitidos pelos setores mais

atingidos por recessões, diferentemente do que ocorre em um programa de transferência geral de renda.

Em meados de 2014, o Brasil apresentou resultados negativos em suas políticas públicas de emprego e na economia. A reação do governo ao quadro de contração da economia e dos principais indicadores do mercado de trabalho ficou marcada pela reformulação do Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, com a edição da Medida Provisória n. 665, de 30 de dezembro de 2014, que posteriormente foi convertida na Lei n. 13.134, de 16 de junho de 2015. Este normativo restringiu o acesso dos trabalhadores aos programas do Seguro-Desemprego e Abono Salarial. Com esta ação o governo tentou atenuar alguns dos problemas da política fiscal, mas não resolvê-los. O objetivo, em si, era limitar o gasto de recursos que se mostravam bastante escassos, dado o contexto econômico (IPEA, 2016).

Hoje, o Programa do Seguro-Desemprego conta com cinco modalidades (MTb, 2016): Seguro-Desemprego Formal, Seguro-Desemprego Pescador artesanal, Bolsa de qualificação profissional, Seguro-Desemprego Empregado doméstico e Seguro-Desemprego Trabalhador resgatado.

A modalidade Formal é a que movimenta o maior volume de recursos e será a modalidade utilizada neste trabalho. Em 2002, o valor total emitido para pagamento do benefício do seguro-desemprego foi de R\$ 13,2 bilhões. Já em 2016, o valor foi de 35,2 bilhões. Ambos corrigidos pelo IPCA até dezembro de 2016. Ou seja, o valor gasto com o pagamento do benefício na modalidade formal cresceu aproximadamente 166% durante estes 15 anos. Em relação à quantidade de segurados, em 2002 foram 4,81 milhões em face dos 7,18 milhões em 2016. Isto significa um aumento de aproximadamente 49,2% no período.

3. METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos, que compreendem a descrição da pesquisa, dados e variáveis utilizadas, e os procedimentos para análise dos resultados.

3.1 Descrição da pesquisa

Do ponto de vista de seus objetivos, este trabalho enquadra-se como uma pesquisa descritiva. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinado fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto à forma de abordagem do problema trata-se de uma pesquisa quantitativa. Este tipo de pesquisa traduz em números as informações para classificá-las e analisá-las. Além disso, esta abordagem é utilizada nas pesquisas descritivas, principalmente quando se busca a relação entre fenômenos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.2 Dados e Variáveis

A amostra utilizada para esta pesquisa contempla dados entre 2002 a 2016. Apesar do benefício do Seguro-Desemprego existir desde 1986, o período escolhido foi o que melhor se ajustou aos dados disponíveis para a pesquisa.

Os dados selecionados fazem relação aos possíveis fatores de influência no gasto do benefício do seguro-desemprego, apresentados pelos estudos de Menezes Filho et al (2014), Pires e Lima Júnior (2014), e STN (2016). Após identificar as variáveis necessárias para a realização deste trabalho, buscou-se coletar os dados necessários para sua construção em fontes oficiais. As variáveis estão dispostas no quadro 1.

Após esta fase preliminar, verificou-se a necessidade de, para algumas variáveis, obter dados de duas fontes distintas. As variáveis do Índice de Formalidade, da Taxa de Desemprego e de Rendimento Médio do empregado foram coletadas a partir de duas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: a Pesquisa Mensal de Emprego – PME e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD.

Optou-se por utilizar as duas pesquisas, por conta de limitações temporais na série histórica e pela abrangência das pesquisas. A PME era realizada mensalmente e contemplava

seis regiões metropolitanas do país (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), sendo que foi encerrada em fevereiro de 2016, quando foi oficialmente substituída pela PNAD. Ou seja, as informações da PME do ano de 2016, abrangem somente os meses de janeiro e fevereiro. Já a PNAD é realizada em todas as unidades federativas, e antes mesmo de substituir oficialmente a PME, já produzia algumas das informações em nível nacional. No entanto, em 2010 não houve a realização da PNAD, o que compromete a sequência dos dados. Dessa forma, para que os dados destas duas pesquisas pudessem ser avaliados, elaborou-se uma variável com os dados da PME, e outra variável com os dados da PNAD, mesmo que as duas utilizem a mesma informação.

As variáveis e a fonte dos dados utilizada estão dispostas no quadro 1. Nos tópicos seguintes, serão apresentados os procedimentos de coleta dos dados e a construção das variáveis.

Quadro 1: Variáveis - descrição e fonte de dados.

Variáveis	Descrição	Fonte
VBENF	Valor emitido do benefício	SPPE/MTb
QSEG	Quantidade de segurados	SPPE/MTb
QMPR	Quantidade média de parcelas recebidas	SPPE/MTb
PIB_R	Variação do PIB Real	CNT/IBGE
IFPNAD	Índice de Formalidade - PNAD	PNAD/IBGE
IFPME	Índice de Formalidade - PME	PME/IBGE
NEF_A	Número de Empregos formais	RAIS/MTb
NEF_R	Variação relativa do Número de empregos formais	RAIS/MTb
TD_UN	Taxa de desemprego - Unificada	PNAD e PME/IBGE
TD_PME	Taxa de desemprego - PME	PME/IBGE
TR	Taxa de rotatividade	RAIS/MTb
DSJC	Indicador de Dispensas Sem Justa Causa	CAGED/MTb
SM_A	Salário Mínimo Real	PNCBA/DIEESE
SM_R	Variação Salário Mínimo	PNCBADIEESE
VR_PNAD_A	Valor Rendimento Médio - PNAD	PNAD/IBGE
VR_PNAD_R	Variação Valor Rendimento Médio - PNAD	PNAD/IBGE
VR_PME_A	Valor Rendimento Médio - PME	PME/IBGE
VR_PME_R	Variação Rendimento Médio - PME	PME/IBGE

Fonte: Elaboração própria.

3.2.1 Valor Emitido do Benefício

A variável VBENF foi obtida a partir de dados disponíveis no sítio eletrônico do Ministério do Trabalho (MTb) e dados solicitados por e-mail à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) no MTb. Os valores obtidos foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referente ao consumo das famílias (IBGE, 2017b). Esta variável refere-se ao valor emitido para pagamento de parcelas do benefício do seguro-desemprego. Assim, não representa o valor total do gasto com o Programa do Seguro-Desemprego que, como visto anteriormente, compreende também as ações de intermediação de mão de obra e qualificação social e profissional.

3.2.2 Quantidade de segurados

Os dados sobre a quantidade de segurados até 2015 foram obtidos através do sítio eletrônico do FAT (FAT, 2016a) e os dados de 2016 foram solicitados por e-mail à SPPE, no MTb.

A variável QSEG refere-se à quantidade de trabalhadores que solicitaram o benefício do seguro-desemprego, foram habilitados pelos critérios legais e estão recebendo pelo menos uma parcela do benefício. Ou seja, os segurados são os beneficiários no respectivo período. Faz-se necessário separar a fase de solicitação e habilitação, pois, muitos solicitantes não se enquadram nos critérios para receber o benefício (habilitação). Ainda, apesar de habilitado, o trabalhador somente torna-se segurado quando começa a receber alguma parcela do benefício.

3.2.3 Quantidade Média de Parcelas Recebidas

A QMPR é calculada considerando a quantidade média de parcelas recebidas por segurado no respectivo ano. Com base na Lei n. 7998, de 11 de janeiro de 1990, a depender do tempo de desemprego do trabalhador e da quantidade de vezes que foi habilitado para o recebimento do Seguro-Desemprego, ele receberá de 3 a 5 parcelas. Esta variável foi obtida a partir de dados disponíveis no sítio eletrônico do FAT e dados solicitados por e-mail à SPPE, no MTb.

3.2.4 Variação do PIB Real

A variação do Produto Interno Bruto (PIB) real representa a variação relativa anual do PIB real. Foi obtida através da utilização do PIB nominal, disponibilizado pelo Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (CNT) do IBGE, e do cálculo do deflator do PIB, utilizado para eliminar a inflação do período. Assim, tendo o PIB real foi possível obter a variação relativa anual.

3.2.5 Variáveis de Formalidade

As variáveis de formalidade utilizadas neste trabalho são: índice de formalidade, número de empregos formais e variação relativa anual do número de empregos formais.

O Índice de Formalidade adotado neste trabalho utiliza o número de empregados com carteira de trabalho assinada e a população ocupada, ambos os dados disponibilizados pela PME e PNAD, do IBGE. A construção deste índice refere-se à razão entre empregados com carteira de trabalho assinada e a população ocupada. Optou-se por considerar somente os empregados com carteira de trabalho assinada, pois empregados sem carteira de trabalho, militares e funcionários públicos estatutários não estão sujeitos à dispensa sem justa causa e, portanto, não se enquadram nos critérios de habilitação do benefício do seguro-desemprego. Assim, foi possível obter a variável IFPNAD e IFPME, que são os índices de formalidade obtidos a partir de dados da PNAD e PME, respectivamente.

O número de empregos formais (NEF_A) e a variação relativa anual do número de empregos formais (NEF_R) foram obtidos a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), publicado anualmente pelo MTb. Ressalta-se que a base de dados da RAIS é gerada a partir de declarações individuais dos empregadores. A variável NEF_A representa a quantidade de empregos formais existentes no mercado de trabalho em 31/12 de cada ano, e a NEF_R indica a variação relativa anual da NEF_A.

3.2.6 Taxa de Desemprego

A taxa de desemprego foi coletada a partir da PME e PNAD do IBGE. Esta taxa refere-se à razão entre o número de pessoas desocupadas e a população economicamente ativa (PEA).

Conforme citado anteriormente, a PME e PNAD possuem limitações temporais e em sua abrangência e por isso algumas variáveis estarão dispostas com base nas duas pesquisas. Apesar de substituir a PME oficialmente em 2016, a PNAD passou a produzir a taxa de

desemprego a partir de 2012. Assim, após o início desta série, as pesquisas e os principais meios de comunicação passaram a adotar a metodologia da PNAD para abordar a taxa de desemprego.

Considerando o exposto, foram elaboradas duas variáveis: TD_UN e TD_PME. A primeira, TD_UN, considera a taxa de desemprego produzida pela PME entre 2002 e 2011, e pela PNAD entre 2012 a 2016. Já a segunda, TD_PME, utiliza o taxa de desemprego elaborada pela PME, com a ressalva de que os dados de 2016 contemplam somente dados janeiro e fevereiro. Ainda, ressalta-se que a PME publicava a taxa de desemprego mensalmente, e neste trabalho será considerada a média anual.

3.2.7 Rotatividade e Desligamentos

A taxa de rotatividade é disponibilizada na RAIS do MTb. Ela mede o percentual estatístico dos trabalhadores substituídos anualmente em relação ao estoque vigente no primeiro dia do mês ou último dia do ano anterior (RAIS, 2017). Neste trabalho, utilizou-se a taxa de rotatividade descontada, que desconsidera os desligamentos por motivos não ligados diretamente pelo empregador, como os desligamentos por morte, aposentadoria do trabalhador, transferências e desligamentos a pedido do empregado (DIEESE, 2014a). O cálculo da rotatividade utilizado tem como referência os contratos celetistas, excluindo os vínculos estatutários do setor público, por ser este o grupo de trabalhadores com acesso ao programa do seguro-desemprego (DIEESE, 2014b).

A taxa de rotatividade descontada pode ser obtida pela equação (RAIS, 2016) (1):

$$TR(t) = \frac{\text{mínimo}(A(t), D(t))}{E(t)} \times 100 \quad (1)$$

Onde:

TR(t) = taxa de rotatividade do mês t

A(t) = total de admissões no mês t

D(t) = total de desligamentos (exceto desligamentos por morte, aposentadoria, transferências e desligamentos a pedido do empregado) no mês t

E(t) = total de empregos no 1º dia do ano ou último dia do ano anterior

Os dados para a elaboração da variável DSJC foram obtidos na base de dados estatísticos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Os dados são: total de desligamentos sem justa causa e número de desligamentos totais.

A variável DSJC foi produzida a partir da razão entre as dispensas sem justa causa em relação aos desligamentos totais. Somente a dispensa sem justa causa foi considerada devido

os critérios de habilitação do seguro-desemprego exigirem que o trabalhador seja dispensado involuntariamente para o recebimento do benefício.

3.2.8 Salário Mínimo

Através da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (PNCBA), realizada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), foi possível obter a série histórica do salário mínimo mensal no Brasil. A partir desta informação, obteve-se a média anual do salário mínimo para que, então, os valores fossem corrigidos pelo IPCA até dezembro de 2016. Assim, chegou-se à variável SM_A, que representa os valores médios anuais do salário mínimo real. Já a variável SM_R representa a variação relativa anual da SM_A.

Destaca-se que, segundo a Lei n. 7.998 de 11 de janeiro de 1990, o pagamento do benefício do seguro-desemprego não pode ser inferior ao valor do salário mínimo (BRASIL, 1990).

3.2.9 Variáveis de Rendimento

As variáveis relacionadas ao rendimento do empregado foram obtidas, em valores correntes, a partir da PME e PNAD, do IBGE. Em seguida, os valores foram corrigidos pelo IPCA até dezembro de 2016.

A VR_PME_A e VR_PNAD_A referem-se ao rendimento médio do empregado com carteira de trabalho assinada, divulgadas pela PME e PNAD, respectivamente. Ainda, foram calculadas as variações relativas do rendimento médio do empregado com carteira de trabalho: VR_PME_R, a partir dos dados da PME, e VR_PNAD_R, a partir de dados da PNAD.

3.3 Procedimentos para análise de resultados

Os procedimentos adotados para a análise dos resultados neste trabalho foram:

- (i) Análise das estatísticas descritivas;
- (ii) Análise do comportamento das variáveis por meio de gráficos;
- (iii) Análise da correlação entre variáveis.

Para determinar a correlação entre as variáveis, será utilizado o coeficiente de Pearson (r). Segundo Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009), o coeficiente de Pearson representa a medida da variância compartilhada entre duas variáveis. Para Moore (2007 apud SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2009, p. 100-101): “A correlação mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas”. O coeficiente de correlação de Pearson pode ser obtido pela equação indicada na figura 1:

Figura 1: Coeficiente de Pearson

$$r = \frac{1}{n-1} \sum \left(\frac{x_i - \bar{x}}{S_x} \right) \left(\frac{y_i - \bar{y}}{S_y} \right).$$

Fonte: Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009).

Onde:

- r: Coeficiente de correlação de Pearson;
- n: Número de observações da amostra;
- \bar{x} : Média da amostra de x;
- \bar{y} : Média da amostra de y;
- S_x: Desvio-padrão da amostra de x;
- S_y: Desvio-padrão da amostra de y.

Segundo Figueiredo Filho e Silva Júnior (2009), o coeficiente de correlação de Pearson (r) pode variar de -1 a 1, sendo que o sinal indica a direção positiva ou negativa da correlação. Quanto mais próximo de 1, maior a força da correlação. Para a interpretação deste coeficiente, será utilizada a classificação adotada por Domingues (2004), apresentada no quadro 2.

Quadro 2: Classificação do coeficiente de Pearson

Valor de r (+ ou -)	Interpretação
0.00 a 0.19	Correlação bem fraca
0.20 a 0.39	Correlação fraca
0.40 a 0.69	Correlação moderada
0.70 a 0.89	Correlação forte
0.90 a 1.00	Correlação muito forte

Fonte: Elaboração a partir de Domingues (2004).

Ao realizar esta análise, assume-se a Hipótese nula: a relação entre as variáveis é aleatória.

Para as variáveis testadas que retornem resultados a um nível de significância de até 0,05 (ou 5%), rejeita-se a hipótese nula.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatísticas Descritivas

Neste tópico serão apresentadas as estatísticas descritivas com o objetivo de sintetizar a série de valores e apresentar informações sobre seu comportamento.

A tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis selecionadas para a pesquisa. No período selecionado, a variável VBENF teve seu menor valor registrado em 2002, alcançando R\$ 13.292,47 mil. O maior valor atingido ocorreu em 2014, R\$ 39.074,6 mil. A média foi R\$ 26.492,3. Já a variável QMPR teve poucas variações no período, sendo que o mínimo foi de 3,93 e o maior valor registrado 4,46. Isto reflete no desvio-padrão obtido, 0,1184, demonstrando que as observações apresentam pouca dispersão.

Tabela 3: Estatísticas descritivas

Variáveis	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
VBENF	15	13292,47	39074,6	26492,30	9551,36
PIB_R	15	-0,0377	0,0753	0,02513	0,0328
QSEG	15	4814597	8498902	6723411	1283034
IFPNAD	14	0,2932	0,4017	0,3493	0,0408
IFPME	15	0,3925	0,5094	0,4524	0,0444
TR	15	0,3258	0,3857	0,3597	0,0197
TD_UN	15	0,0593	0,1233	0,0897	0,0207
TD_PME	15	0,0482	0,1233	0,0825	0,0243
DSJC	15	0,5325	0,8249	0,6470	0,1159
NEF_A	15	28683913	49571510	40199042	7154901
NEF_R	15	-0,0416	0,0703	0,0364	0,0369
QMPR	15	3,93	4,46	4,20	0,1184
SM_A	15	456,54	880	695,59	145,54
SM_R	15	-0,0165	0,1415	0,0457	0,0411
VR_PNAD_A	14	1520,91	1979,73	1750,84	171,78
VR_PNAD_R	13	-0,0441	0,0443	0,0114	0,0279
VR_PME_A	15	1892,65	2316,58	2074,83	139,09
VR_PME_R	14	-0,0684	0,0428	0,0046	0,0307

Onde: **VBENF** é o valor do benefício do seguro-desemprego; **PIB_R** é a variação relativa anual do PIB real; **QSEG** é a quantidade de segurados; **IFPNAD** é o índice de formalidade a partir de dados da PNAD; **IFPME** é o índice de formalidade a partir de dados da PME; **TR** é a taxa de rotatividade descontada; **TD_UN** é a taxa de desemprego que utiliza dados da PME e PNAD; **DSJC** é a relação entre dispensas sem justa causa e o total dos desligamentos; **NEF_A** é o número de empregos formais; **NEF_R** é a variação relativa da NEF_A; **QMPR** é a quantidade média de parcelas recebidas por segurado; **SM_A** é o valor do salário mínimo real; **SM_R** é a variação relativa da SM_A; **VR_PNAD_A** é o valor do rendimento médio do empregado com carteira de trabalho assinada a partir de dados da PNAD; **VR_PNAD_R** é a variação relativa da VR_PNAD_A; **VR_PME_A** é o valor do rendimento médio do empregado com carteira de trabalho assinada a partir de dados da PME; e a **VR_PME_R** é a variação relativa da VR_PME_A.

As variáveis VR_PNAD_A e VR_PME_A apresentaram médias de 1750,84 e 2074,83 respectivamente, superiores à média encontrada de 695,59 para a variável SM_A. Isto permite compreender que a remuneração média dos trabalhadores com carteira de trabalho supera o valor do médio salário mínimo, que é o menor valor possível para o pagamento do benefício do SD.

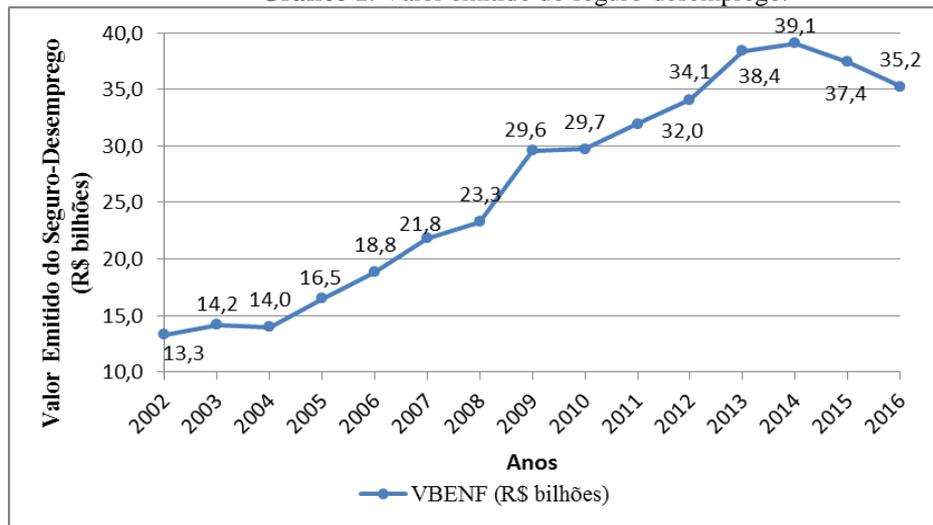
Quanto à variável TR, apresenta pouca dispersão no período, apresentando o desvio-padrão de 0,0197. As variáveis IFPNAD e IFPME que se referem à mesma informação, porém em pesquisas distintas, apresentaram um desvio-padrão próximo, sendo 0,0408 para IFPNAD e 0,0444 para IFPME, o que confirma o comportamento semelhante entre as variáveis, que foi apresentado na análise gráfica.

4.2 Análise gráfica

Nesta seção será apresentado o comportamento das variáveis selecionadas, por meio de gráficos, entre 2002 e 2016.

4.2.1 Valor emitido do benefício

Entre 2002 a 2016, a variável VBENF apresentou um crescimento real de aproximadamente 166%, saltando de R\$ 13,3 bilhões em 2002 para R\$ 35,2 bilhões em 2016. O maior registro alcançado ocorreu em 2014, quando o VBENF alcançou R\$ 39,1 bilhões. A queda no valor gasto a partir de 2014 ocorreu, principalmente, devido a mudanças apresentadas pela Medida Provisória n. 665, de 30 de dezembro de 2014, que posteriormente foi convertida na Lei n. 13.134, de 16 de junho de 2015, em que ocorreu um enrijecimento na concessão do benefício do SD (STN, 2016). Em 2015, houve uma queda do gasto da ordem de R\$ 1,7 bilhão em relação ao ano anterior e, no ano seguinte, mais uma queda de aproximadamente R\$ 2,2 bilhões.

Gráfico 1: Valor emitido do seguro-desemprego.

Fonte: Elaboração própria a partir de FAT (2017) e SPPE/MTb.

4.2.2 Quantidade de Segurados

A quantidade de pessoas beneficiadas com o SD aumentou consideravelmente no período selecionado para este estudo. Em 2002 existiam 4,81 milhões de segurados, enquanto que em 2016 foram 7,18 milhões, o que representa um aumento de aproximadamente 49,2%. Pelo gráfico é possível perceber a tendência de crescimento entre 2002 a 2014, e a queda dos segurados em 2015 e 2016.

Gráfico 2: Quantidade de segurados (em milhões).

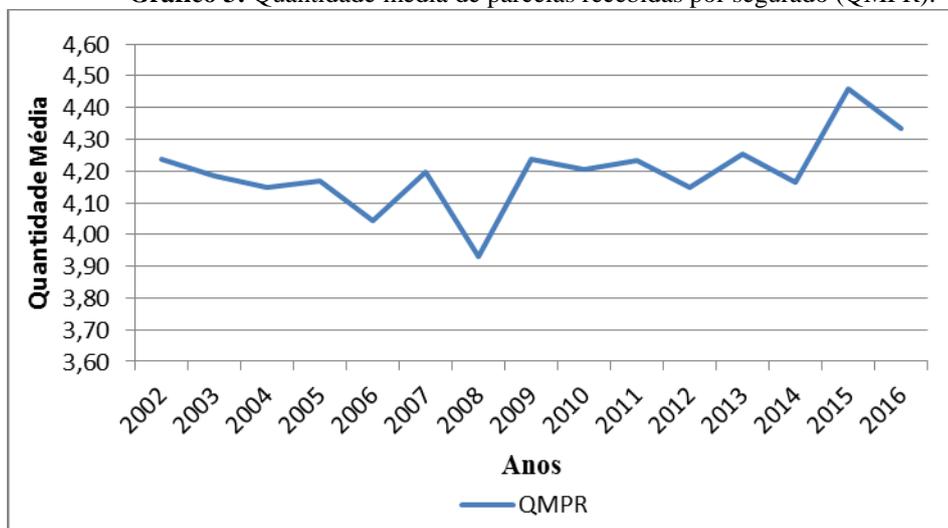
Fonte: Elaboração própria a partir de FAT (2017a) e SPPE/MTb.

4.2.3 Quantidade Média de Parcelas Recebidas

A variável QMPR representa a quantidade média de parcelas do benefício do seguro-desemprego recebidas por segurado, e pode variar de 3 a 5 parcelas, como visto na seção 3. A partir do gráfico 3, é possível verificar que a variável apresentou pequenas variações no período.

Considerando que o trabalhador tem as parcelas do benefício do seguro-desemprego suspenso quando retorna ao mercado de trabalho, Barros et al. (2000) aponta que este fato pode representar um incentivo para os trabalhadores realizarem relações informais no trabalho, durante o recebimento das parcelas do benefício.

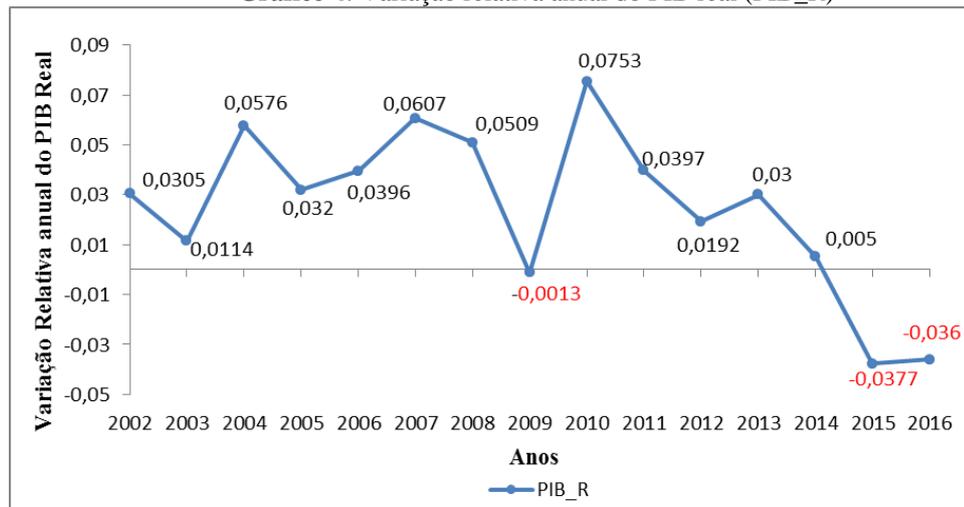
Gráfico 3: Quantidade média de parcelas recebidas por segurado (QMPR).



Fonte: Elaboração própria a partir de FAT (2017a) e SPPE/MTb.

4.2.4 *Variação do PIB real*

O PIB real brasileiro apresentou uma tendência de crescimento de 2002 a 2008. Neste período a economia brasileira esteve aquecida e o mercado de trabalho seguiu em expansão (STN, 2016). Em 2009 houve uma queda em relação ao ano anterior, e a partir de 2010, a variável PIB_R voltou a apresentar um crescimento relativo anual. Em 2015 e 2016 foram registradas quedas no valor do PIB brasileiro. Pires e Lima Júnior (2014) apontam que a apesar da aceleração do crescimento econômico, o contínuo aumento das despesas do seguro-desemprego não é uma contradição, pois o crescimento econômico não impacta no valor emitido com o seguro-desemprego, mas sim com o número de segurados.

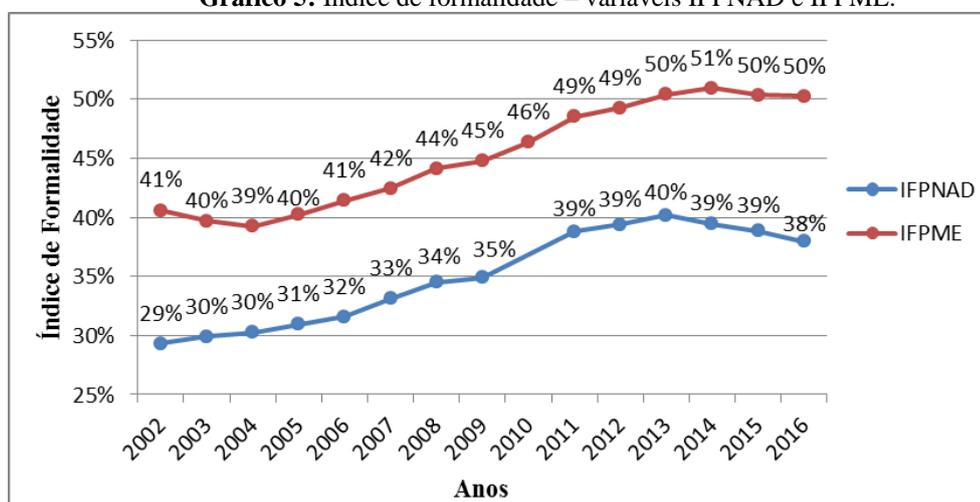
Gráfico 4: Variação relativa anual do PIB real (PIB_R)

Fonte: Elaboração própria a partir de CNT (2017).

4.2.5 Variáveis de Formalidade

As variáveis IFPNAD e IFPME, apesar de serem coletadas em pesquisas distintas, apresentam um comportamento semelhante durante todo o período selecionado.

É possível perceber, a partir do gráfico 5, que os índices de formalidade apurado pela PNAD e PME apresentam um crescimento até 2014. Neste ano, a variável IFPNAD alcançou 50% e IFPME 51%. A partir de 2015 o índice de formalidade caiu em ambas as pesquisas. Apesar do movimento crescente da participação de empregados com carteira de trabalho na população ocupada, indicando um fluxo de migração para o mercado formal, ocorridas entre 2002 e 2014, Ulyseia (2008) aponta que a redução da informalidade não pode ser considerada um objetivo em si, pois ela não está associada a um melhor desempenho do mercado de trabalho.

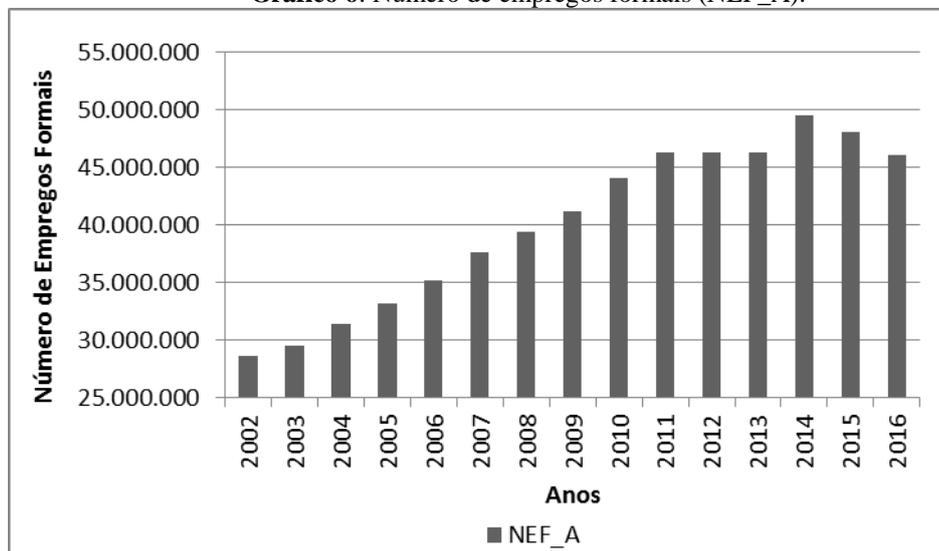
Gráfico 5: Índice de formalidade – variáveis IFPNAD e IFPME.

Fonte: Elaboração própria a partir de PME (2017) e PNAD (2017).

Entre o período selecionado para este trabalho, o número de empregos formais (NEF_A) cresceu 65%, saindo de 28,7 milhões em 2002 para 46,1 milhões em 2016. O maior registro no período ocorreu em 2014, quando alcançou 49,6 milhões (gráfico 6). Estes números representam o total de empregos formais no mercado de trabalho, sendo que um empregado pode ocupar um ou mais empregos. Assim, o número de empregos formais não representa o total de pessoas empregadas no mercado de trabalho formal (IBGE, 2017a).

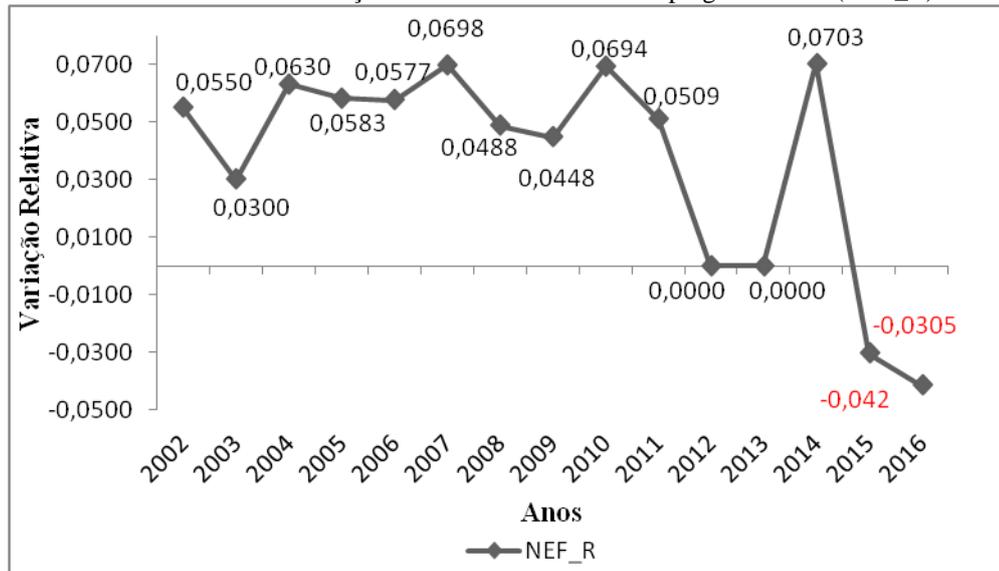
O NEF_A seguiu uma trajetória crescente durante o período, e somente houve uma queda na variação relativa do número de empregos (NEF_R) em 2015 e 2016, apresentado no gráfico 7.

Gráfico 6: Número de empregos formais (NEF_A).



Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS (2017).

Em 2015, houve uma queda no número de empregos formais de aproximadamente 1,5 milhão de empregos, o que representa uma variação relativa negativa de 0,031 (ou 3,1%). Em 2016, ocorreu a maior variação relativa negativa registrada no período, representando uma queda de 0,042 (ou 4,2%) no número de empregos formais. Isto representa uma variação negativa, em termos absolutos, de 2 milhões de empregos. Em toda série histórica da RAIS, esta variação compara-se somente ao triênio 1990/1992, quando os vínculos formais caíram continuamente de 23,2 milhões, em 1990, para 22,3 milhões em 1992 (RAIS, 2017).

Gráfico 7: Variação relativa do número de empregos formais (NEF_R).

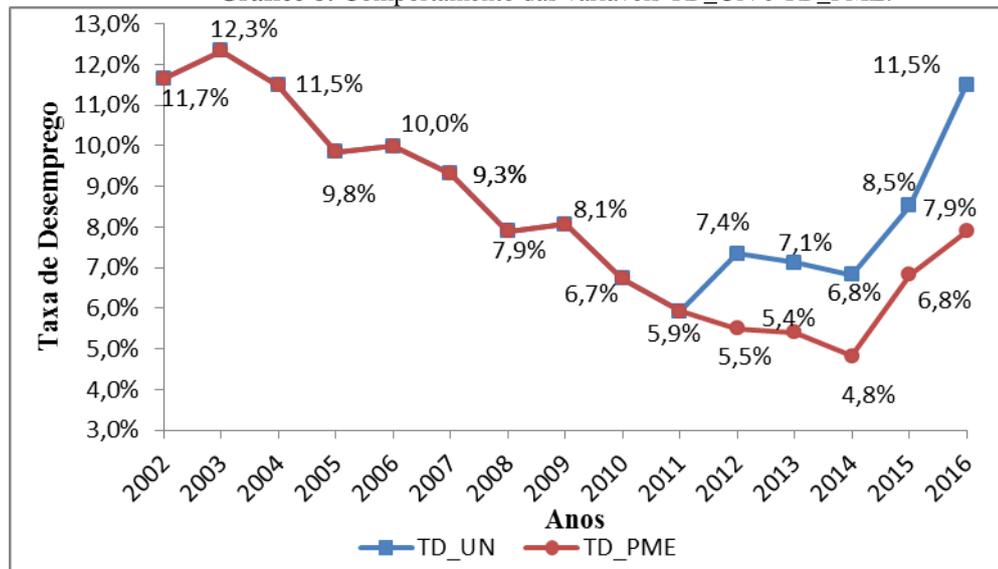
Fonte: Elaboração própria a partir da RAIS (2017).

4.2.6 Taxa de Desemprego

Como visto na Seção 3 deste estudo, a TD_UN utiliza a taxa de desemprego fornecida pela PME de 2002 a 2011, e da PNAD a partir de 2012. Assim, pelo gráfico 8 é possível notar que o comportamento das variáveis somente se diferencia depois de 2011. Ambas as variáveis apresentam queda da taxa de desemprego no período, sendo que principalmente a partir de 2015 voltou a crescer nas duas pesquisas (PNAD e PME).

O menor registro da taxa de desemprego ocorreu em 2014, quando atingiu 6,8% na PNAD e 5,4% na PME. A partir de 2015 ocorreu o aumento do desemprego, atingindo 8,5% (TD_UN) e 6,8% (TD_PME) em 2015, e 11,5% (TD_UN) e 7,9% (TD_PME) em 2016.

Pochmann (2015) indica que o crescimento da taxa de desemprego a partir de 2015, resulta da expansão da força de trabalho e da queda do nível de ocupação dos trabalhadores, embora a influência da elevação da população economicamente ativa tenha sido superior. Ainda, aponta que o aumento da taxa de desemprego no Brasil é diretamente determinado pela adoção das políticas de ajustes econômicos que levaram a recessão econômica, a partir de 2015.

Gráfico 8: Comportamento das variáveis TD_UN e TD_PME.

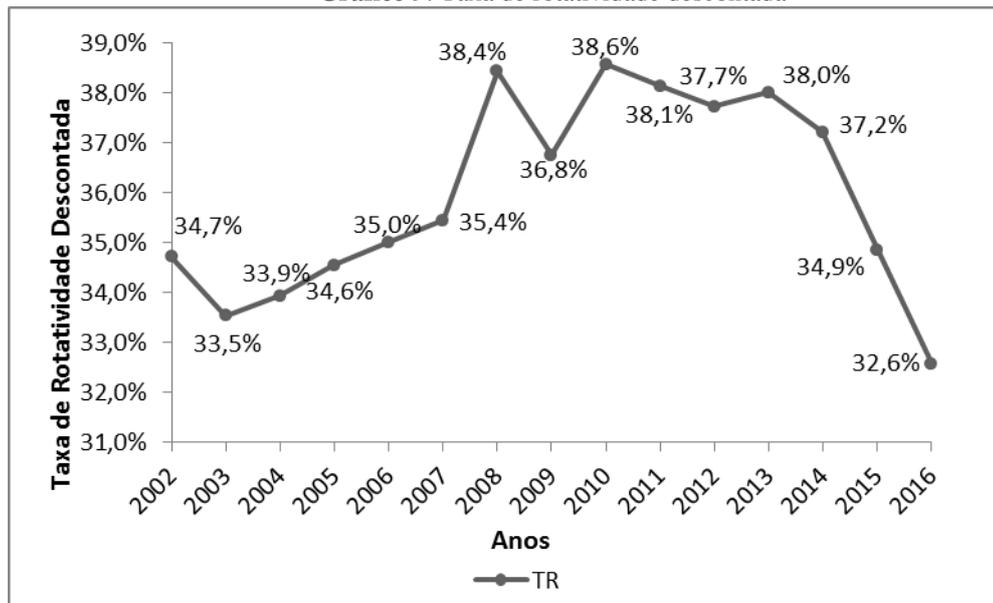
Fonte: Elaboração própria a partir de PME (2017) e PNAD (2017).

4.2.7 Rotatividade e desligamentos

Quanto à taxa de rotatividade no país, comumente alta no mercado de trabalho brasileiro (STN, 2016), houve um comportamento crescente entre 2002 a 2008, e seguidas quedas a partir de 2010, sendo que atingiu seu menor registro no período em 2016, 32,6%, conforme apresenta o gráfico 9. Corseuil e Ribeiro (2012) apontam que o crescimento da rotatividade, ocorrido até 2010, pode ser associado por um aumento da participação de jovens e indivíduos de baixa escolaridade no mercado de trabalho e, outra possível causa, seria o aumento dos postos de trabalho que apresentam normalmente uma alta rotatividade como as pequenas firmas e o setor terciário (comércio e serviços).

A pequena duração dos vínculos empregatícios é uma característica do mercado de trabalho brasileiro, o que representa um aumento da flexibilidade na contratação, haja vista que a quantidade de desligamentos é crescente no país (DIEESE, 2014b).

De acordo com o Dieese (2014a), no Brasil predomina o emprego de curta duração, sendo que 45% dos desligamentos ocorrem com menos de seis meses de vigência de contrato de trabalho, e aproximadamente 65% dos vínculos de emprego sequer alcançam um ano. Isso contribui para a intensa movimentação entre postos de trabalho, elevando a rotatividade no mercado de trabalho.

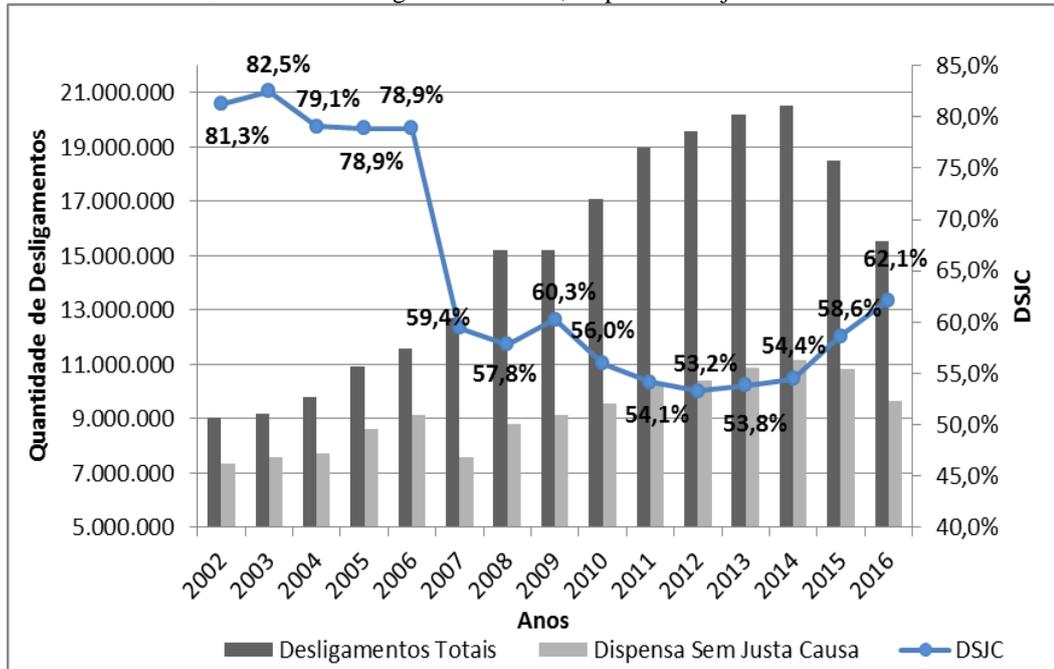
Gráfico 9: Taxa de rotatividade descontada

Fonte: Elaboração própria a partir de RAIS (2017).

A variável DSJC representa a participação das dispensas sem justa causa sobre os desligamentos totais. Somente esta forma de desligamento foi considerada pois, conforme a legislação atual do seguro-desemprego, é o único tipo de desligamento que permite o recebimento do benefício. Ao verificar o gráfico 10, percebe-se que o crescimento dos desligamentos totais foi superior ao das dispensas sem justa causa, que teve pequenas variações no período. Assim, no período da amostra, a participação das dispensas sem justa causa seguiu uma tendência decrescente, sendo que marcou seu menor registro em 2012, 53,2%.

Apesar da diminuição do peso das demissões sem justa causa, saindo de 81,3% em 2002 para 62,1% em 2016, ela ainda é o principal motivo de desligamentos no Brasil, representando mais da metade do total de desligamentos em todo o período analisado (DIEESE, 2014b).

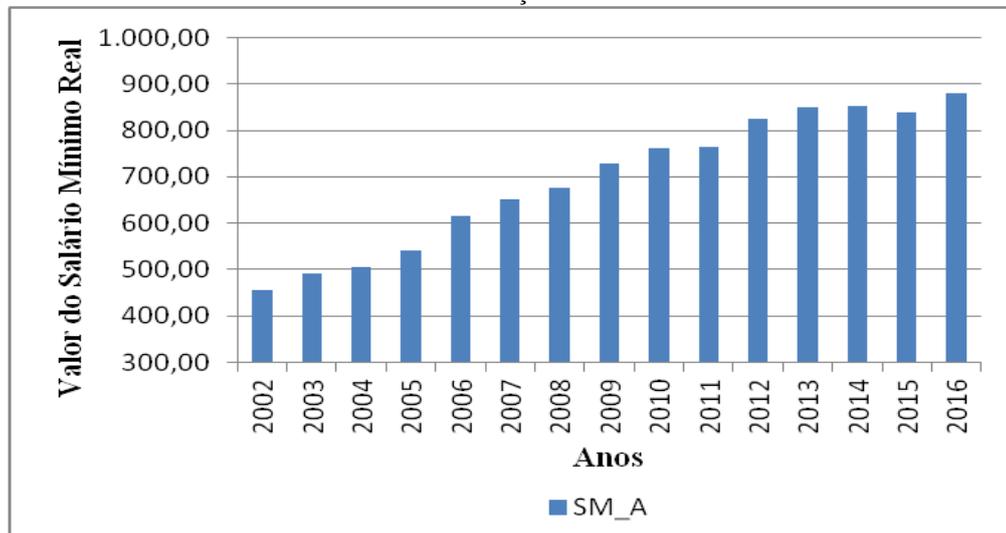
A análise desta variável contribui com a análise da variável TR, que representa o percentual de trabalhadores substituídos em relação ao estoque de emprego (RAIS, 2017). Apesar da elevada taxa de rotatividade que existe no país, a participação das dispensas sem justa causa no volume de desligamentos tem sido decrescente.

Gráfico 10: Desligamentos totais, dispensa sem justa causa e DSJC.

Fonte: Elaboração própria a partir de CAGED (2017).

4.2.8 Salário Mínimo

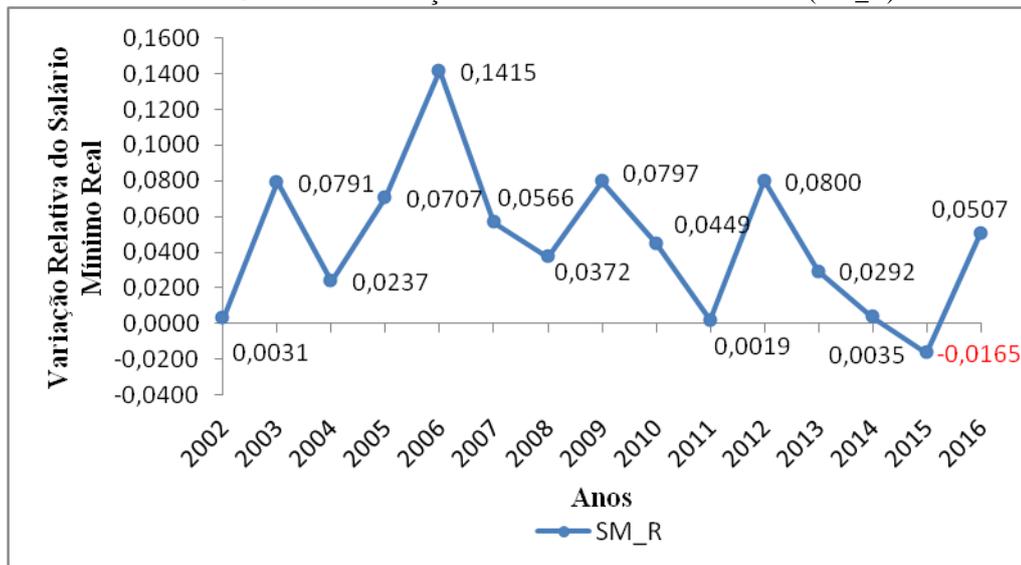
A variável SM_A representa o salário mínimo anual em termos reais, ou seja, eliminando-se os efeitos da inflação. Esta variável passou por sucessivos aumentos e apresentou uma queda somente em 2015, ou seja, somente em 2015 o salário mínimo não teve um aumento maior do que a inflação. Entre 2002 a 2016, o crescimento real do salário mínimo foi de 92,7%. A evolução dos valores do salário mínimo real está apresentada no gráfico 11.

Gráfico 11: Evolução do salário mínimo real.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNCBA (2017).

O gráfico 12, que apresenta a variável SM_R, demonstra a variação relativa anual. Em 2006 ocorreu a maior variação positiva do salário mínimo real 0,14 (ou 14%). Segundo o estudo do DIEESE (2014b) este aumento ocorreu enquanto ainda não estava em vigor a política de valorização do salário mínimo que, a partir de 2007, estabeleceu a valorização do salário mínimo pelo crescimento do PIB, o que levou aos sucessivos aumentos no ano seguinte. Assim, a política de valorização do salário mínimo estabeleceu o aumento real com base no crescimento da economia.

Gráfico 12: Variação relativa do salário mínimo real (SM_R)

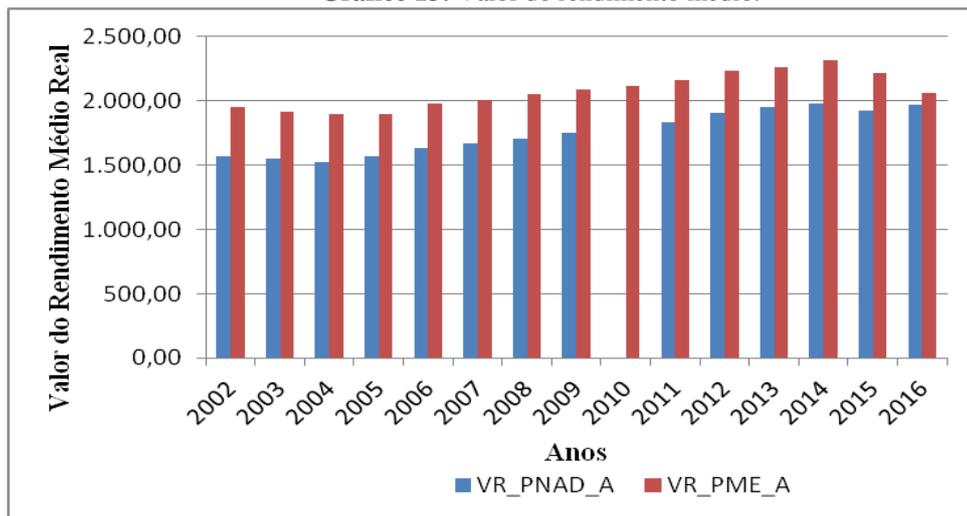


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNCBA (2017).

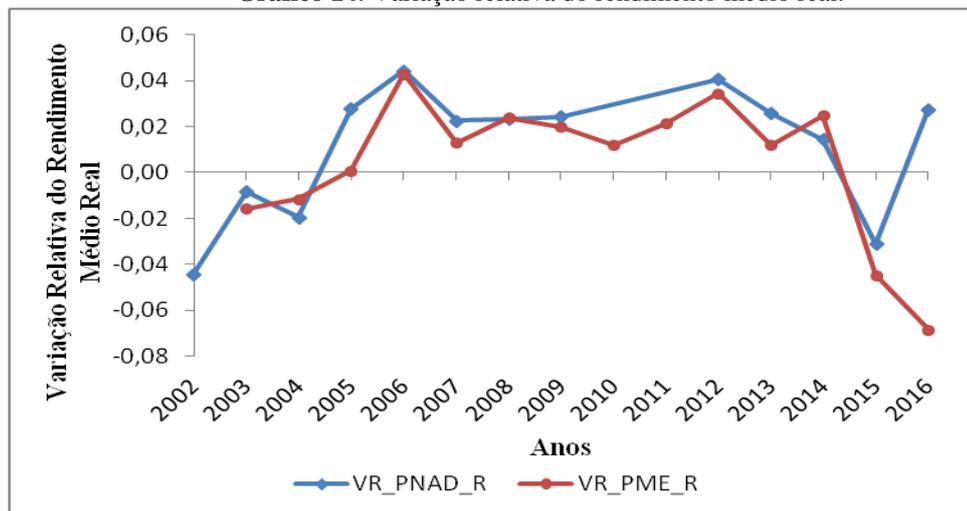
4.2.9 Variáveis de Rendimento

As variáveis de rendimento médio do empregado com carteira de trabalho, apurados pela PNAD e PME, apresentaram comportamento semelhante durante o período 2002 a 2016. As duas apresentaram quedas até 2004, e seguiram uma tendência crescente até 2014. Entre 2002 e 2016, a variável VR_PNAD_A cresceu aproximadamente 26%, em face do discreto aumento de 6% da variável VR_PME_A. Em 2014 as duas variáveis registraram o maior valor no período estudado. A VR_PNAD_A alcançou R\$ 1.979,73 e a VR_PME_A, R\$ 2.316,58. O comportamento destas variáveis está apresentado no gráfico 13.

Quanto às variações relativas, presentes no gráfico 14, é possível perceber que todos os pontos negativos no gráfico apresentam os anos em que o rendimento médio do empregado cresceu abaixo da inflação do período. Tal fato ocorreu principalmente até 2004, e no ano de 2015.

Gráfico 13: Valor do rendimento médio.

Fonte: Elaboração própria a partir de PME (2017) e PNAD (2017).

Gráfico 14: Variação relativa do rendimento médio real.

Fonte: Elaboração própria a partir de PME (2017) e PNAD (2017).

4.3 Coeficiente de Pearson

Os resultados obtidos da correlação entre as variáveis a partir do coeficiente de Pearson estão dispostos na tabela 4.

A variável PIB_R apresentou correlação negativa moderada com a variável VBENF, e correlação negativa fraca com a QSEG.

As variáveis de formalidade IFPNAD, IFPME e NEF_A apresentaram correlação positiva muito forte com as variáveis VBENF e QSEG, a um nível de significância de 0,01 (1%). Enquanto que a variável NEF_R possui correlação negativa moderada com a VBENF, e correlação negativa fraca com a QSEG.

Quanto as variáveis relacionadas à taxa de desemprego, verificou-se que a variável TD_UN possui correlação negativa forte com a variável VBENF e correlação negativa forte com a QSEG. Já a variável TD_PME correlação negativa muito forte com VBENF e QSEG, ambas a um nível de significância de 0,01 (1%).

Referente à rotatividade e desligamentos, a TR apresentou uma correlação positiva moderada com a VBENF e QSEG. Já a variável DSJC, correlação negativa forte com o VBENF e correlação negativa muito forte com a QSEG, também a um nível de significância de 0,01 (1%).

A variável SM_A possui correlação positiva muito forte com VBENF e QSEG a um nível de significância de 0,01 (1%), enquanto a SM_R apresentou correlação negativa fraca.

Por fim, as variáveis de rendimento VR_PNAD_A e VR_PME possuem correlação positiva muito forte com as variáveis VBENF e QSEG, a um nível de significância de 0,01, enquanto que a VR_PNAD_R e VR_PME_R apenas correlações fracas.

Tabela 4: Correlação de Pearson (r) entre variáveis.

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
VBENF (1)																	
PIB_R (2)	-0,46																
QSEG (3)	0,97**	-0,31															
IFPNAD (4)	0,98**	-0,45	0,97**														
IFPME (5)	0,98**	-0,48	0,94**	0,98**													
TR (6)	0,46	0,41	0,64**	0,55*	0,43												
TD_UN (7)	-0,70**	-0,17	-0,83**	-0,76**	-0,653**	-0,91**											
TD_PME (8)	-0,93**	0,19	-0,97**	-0,96**	-0,917**	-0,71**	0,89**										
DSJC (9)	-0,88**	0,10	-0,93**	-0,91**	-0,849**	-0,72**	0,89**	0,93**									
NEF_A (10)	0,98**	-0,37	0,97**	0,98**	0,968**	0,52*	-0,76**	-0,96**	-0,91**								
NEF_R (11)	-0,52*	0,77**	-0,36	-0,54*	-0,568*	0,26	-0,10	0,28	0,25	-0,44							
QMPR (12)	0,42	-0,64*	0,25	0,35	0,43	-0,32	0,05	-0,17	-0,16	0,34	-0,58*						
SM_A (13)	0,98**	-0,43	0,95**	0,97**	0,97**	0,43	-0,67**	-0,92**	-0,88**	0,98**	-0,54*	0,35					
SM_R (14)	-0,33	0,15	-0,28	-0,35	-0,40	-0,16	0,24	0,30	0,33	-0,32	0,12	-0,46	-0,22				
VR_PNAD_A (15)	0,99**	-0,58*	0,94**	0,97**	0,99**	0,40	-0,63*	-0,91**	-0,85**	0,97**	-0,61*	0,41	0,98**	-0,32			
VR_PNAD_R (16)	0,30	0,14	0,39	0,33	0,23	0,38	-0,45	-0,43	-0,39	0,35	0,06	-0,44	0,41	0,69**	0,29		
VR_PME_A (17)	0,94**	-0,32	0,95**	0,94**	0,93**	0,62*	-0,79**	-0,94**	-0,86**	0,92**	-0,35	0,28	0,89**	-0,38	0,92**	0,22	
VR_PME_R (18)	-0,10	0,61*	0,13	-0,03	-0,14	0,69**	-0,59*	-0,22	-0,17	-0,04	0,65*	-0,68**	-0,12	0,35	-0,15	0,55	0,16

** Correlação é significativa a um nível de 0,01.

* Correlação é significativa a um nível de 0,05.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo dedicou-se a analisar o aumento do gasto com o benefício do seguro-desemprego através da análise do comportamento das variáveis selecionadas e da utilização do coeficiente de correlação de Pearson entre 2002 e 2016. Neste período o valor do gasto com o benefício do seguro-desemprego aumentou aproximadamente 166%, e a quantidade de segurados, 49,2%. Considerando este aumento expressivo, o objetivo deste estudo foi levantar e analisar possíveis fatores que se relacionam com este crescimento.

A análise do comportamento das variáveis selecionadas demonstrou que apesar do aumento do gasto com o benefício do seguro-desemprego, o mercado de trabalho apresentou resultados positivos até 2014: aumento dos índices de formalidade, número de empregos formais, salário mínimo e rendimento médio do empregado com carteira de trabalho assinada, bem como a queda nas taxas de desemprego e da participação das dispensas sem justa causa sobre os desligamentos totais. Ainda, o PIB apresentou sucessivos aumentos até 2014, com a exceção de 2009.

Assim, nesta análise, o ano de 2014 apresentou-se como um ano chave para as principais variáveis, pois a partir de 2015 verificou-se uma tendência negativa no comportamento das variáveis: queda dos índices de formalidade, número de empregos formais, valor do rendimento médio do empregado e variação negativa do PIB real. Ainda, foi possível perceber o aumento da taxa de desemprego e dispensas em justa causa sobre os desligamentos totais. Ainda, em 2015 e 2016 o valor emitido do benefício e a quantidade de segurados diminuíram no período.

Os resultados obtidos indicam que as variáveis de formalidade apresentaram, de forma geral, correlação positiva muito forte com a quantidade de segurados e valor emitido do benefício, a um nível de significância de 1%. Este resultado também foi verificado para o salário mínimo e o rendimento médio do empregado com carteira de trabalho assinada. Destaca-se, ainda, que a rotatividade apresentou correlação positiva moderada com o valor do benefício e quantidade de segurados, e as taxas de desemprego correlação negativa muito forte.

Por fim, conclui-se que esta pesquisa possui relevância para a sociedade, ao apresentar o comportamento de um gasto público tão expressivo e suas relações com indicadores econômicos e sociais. Para pesquisas futuras, recomenda-se a utilização de métodos estatísticos que permitam atribuir o grau de influência de cada variável sobre o valor do

benefício, bem como a relação do programa do seguro-desemprego com os demais gastos públicos, permitindo uma visão macro das políticas públicas do país.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Bruno; GONZALEZ, Roberto. **O seguro-desemprego como resposta à crise no emprego: alcance e limites.** Nota técnica. IPEA: Mercado de Trabalho, n. 40. Agosto, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.608, de 30 de dezembro de 2002. **Altera a Lei n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990.** Brasília, DF, dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10608.htm>, acesso em 07/07/2017.

BRASIL. Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. **Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.** Brasília, DF, janeiro de 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7998.htm>, acesso em 15/09/2017.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.164, de 24 de agosto de 2001. **Altera a Consolidação das Leis Trabalhistas e outras leis.** Brasília, DF, agosto de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2164-41.htm>, acesso em 11/07/2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>, acesso em 10/08/2017.

BARROS, Ricardo Paes et al. **Os incentivos adversos e a focalização dos programas de proteção ao trabalhador no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas, n. 22. IPEA, 2000.

CAGED, **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.** MTb. Disponível em:<<http://pdet.mte.gov.br/caged>>, acesso em: 14/07/2017.

CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo Cândido. **Os gastos Públicos no Brasil são produtivos?** Texto para discussão n. 781, IPEA. 2001.

CNT, **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.** IBGE. Resultados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?&t=resultados>>, acesso em: 18/07/2017.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; RIBEIRO, Eduardo Pontual. Nota Técnica. **Rotatividade de trabalhadores e realocação de postos de trabalho no setor formal do Brasil: 1996-2010.** IPEA, Mercado de trabalho nº 50. Fevereiro de 2012.

DIEESE. **Os números da rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da Rais: 2002 – 2013.** Nota à imprensa. 2014a.

DIEESE. **Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho.** São Paulo, 2014b.

DOMINGUES, C.A. **Estatística aplicada: à metodologia da pesquisa científica para temas militares.** Rio de Janeiro: EsAO, 2004.

FAT. **Programas e Ações:** Seguro-desemprego. Acesso disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/seguro-desemprego-2/>>, última atualização em 24/06/2016a.

FAT. **Sobre o FAT.** Acesso disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/sobre-o-fat/>>, última atualização em 24/06/2016b.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson; SILVA JÚNIOR, José. **Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r)*.** Revista Política Hoje, v. 18, número 1, 2009.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas:** um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Nº 21, IPEA. Junho de 2000.

GAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia. **Finanças Públicas:** teoria e prática no Brasil. Ed. CAMPUS, Rio de Janeiro, 1999.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental.** IPEA: Textos para discussão, n. 776. 2001.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** 16ª edição. Editora Atlas: São Paulo, 2012.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Cadernos Cedes, n. 55. São Paulo, 2001.

IBGE, Comitê de Estatísticas Sociais > **MTE: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS.** Disponível em: < <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais.html> > , acesso em 7/11/2017a.

IBGE, **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>>, acesso em 23/10/2017b.

IPEA. **Brasil:** o estado de uma nação. 2006.

IPEA. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise, n. 24, 2016.

ITAMARATY, **Ministério das Relações Exteriores.** Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/15-ocde-organizacao-para-a-cooperacao-e-o-desenvolvimento-economico> >, acesso em 10/09/2017.

JANUZZI, P. M. **Indicadores para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil.** Brasília. Revista do Serviço, 2005.

LOPES, Cristiano Aguiar. **Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos** – literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. Caderno de Finanças Públicas, n. 8. ESAF, Brasília, dezembro de 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **A economia brasileira frente à crise financeira e econômica mundial.** Observatorio de la Economía Latinoamericana, n. 116, 2009a.

MATIAS-PEREIRA, José. **Crise financeira global, políticas públicas de geração de emprego e flexibilização da legislação trabalhista no Brasil**. Revista de Economia e História Econômica, n. 18, 2009b.

MENEZES FILHO, N.; CABANAS, P.; KOMATSU, B.. **Tendências recentes do mercado de trabalho brasileiro**. In: boletim de mercado de trabalho: conjuntura e análise, n. 56, ano 20, 2014.

MTb. **Seguro-Desemprego**. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/seguro-desemprego>>. Última atualização em 12/01/2016.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE; Peggy B. **Finanças Públicas: teoria e prática**. Editora Campus. 1980.

PIRES, M.C.C.; LIMA JÚNIOR, A. B. **Análise econômica do programa seguro-desemprego: uma reflexão sobre o espaço disponível para ajuste das despesas do FAT**. In: Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 56, ano 20, IPEA/MTE. Fevereiro de 2014.

PME, Pesquisa Mensal de Emprego. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html>>, acesso em: 20/09/2017.

PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>>, acesso em: 20/09/2017.

PNCBA, Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. DIEESE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica201612.html>>, acesso em: 18/08/2017.

POCHMANN, Marcio. **Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano**. Estudos Avançados 29, n. 85. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAIS, **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho**. MTb. Dados Nacionais. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>, última atualização em 19 de outubro de 2017.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2ª edição. Editora Atlas. 2006.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. 6ª edição. LTC: Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. **O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil**: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, caderno nº 48, 2000.

SILVA, Romildo Araújo da. **Evolução e Dinâmica dos gastos do Governo Federal brasileiro no período 1995-2005**. Dissertação de mestrado. Brasília, 2007.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias Nº 16, p. 20-45. 2006.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda. **Seguro-Desemprego e Mercado de Trabalho: indicadores e insights**. Boletim de Avaliação de Políticas Públicas, volume 2, nº 1. Brasília, Janeiro de 2016.

TREVISAN, André Pittol. BELLEN, Hans Michael Van. **Avaliação de políticas públicas**: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. 2008.

ULYSSEA, Gabriel. **Instituições e a Informalidade no Mercado de Trabalho**. Estudos Econômicos, USP. São Paulo, 38(3):525-556, julho-setembro de 2008.